

Migração e seleção no mercado de trabalho cearense

Silvana Nunes de Queiroz

Departamento de Economia / Universidade Regional do Cariri (URCA) e Programa de Pós-Graduação em Demografia / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN)

Rosana Baeninger

Núcleo de Estudos de População Elza Berquó / Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp)

Recebido: 09/06/2020 Versão revisada (entregue): 10/08/2020 Aprovado: 11/08/2020

Resumo

Este estudo objetiva identificar a seletividade entre o migrante interestadual de retorno inserido no mercado de trabalho cearense vis-à-vis o migrante não natural e o não migrante. A hipótese é que o migrante retornado traz consigo experiências pregressas de trabalho em outros estados que o distingue positivamente daqueles que nunca emigraram do Ceará, mas negativamente em relação aos não nascidos no estado e ingressados no mercado de trabalho local. Com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, e através de estatísticas descritivas, analisamos e comparamos as características diretamente observáveis (ocupacionais e rendimento) entre a população retornada, não migrante e não natural ocupada no trabalho principal. Os principais resultados mostram que o migrante de retorno auferiu, em média, maiores proventos comparativamente aos não migrantes, mas valores, em média, inferiores aos não naturais, sugerindo seleção positiva para o retornado quando comparado àqueles que nunca emigraram, e negativa em relação aos não nascidos no Ceará. Conclui-se que a chegada de migrantes (retornados e não naturais) positivamente selecionados é um ganho, através da transferência de conhecimento e aumento na renda cearense.

Palavras-chave | Ceará; migração; retorno; seleção; trabalho.

Classificação JEL | J62 O15 R23

Migration and selection on the Ceará's labor market

Abstract

This study aims to identify the selectivity among the return interstate migrant inserted in the labor market in Ceará vis-à-vis the non-natural migrant and the non-migrant. The hypothesis is that the returned migrants bring past experiences of work in other states that distinguish them positively from those who never emigrated from Ceará, but negatively in relation to those not born in the state and entering the local labor market. Based on the demographic census microdata from 1991, 2000 and 2010, and using descriptive statistics, we analyzed and compared the directly observable characteristics (occupational and income) among the

returned, non-migrant and non-natural population employed in the main job. The main results show that the return migrants earn, on average, higher earnings compared to non-migrants, but values, on average, lower than non-natural ones, suggesting positive selection for the returnee when compared to those who never emigrated, and negative in relation to not born in Ceará. It is concluded that the arrival of positively selected migrants (returnees and non-naturals) is a gain, through the transfer of knowledge and an increase in Ceará's income.

Keywords | Ceará; labor; migration; return; selection.

JEL Classification | J62 O15 R23

Migración y selección en el mercado de trabajo cearense

Resumen

Este estudio tiene como objetivo identificar la selectividad entre el migrante interestatal de retorno insertado en el mercado laboral cearense en relación con el migrante no natural y el no migrante. La hipótesis es que el migrante retornado trae consigo experiencias pasadas de trabajo en otros estados que lo distinguen positivamente de aquellos que nunca emigraron de Ceará, pero negativamente en relación con aquellos que no nacieron en el estado y entraron al mercado laboral local. Con base en los micro-datos del censo demográfico de 1991, 2000 y 2010, y utilizando estadísticas descriptivas, analizamos y comparamos las características directamente observables (ocupacionales e ingresos) entre la población retornada, no migrante y no natural empleada en el trabajo principal. Los resultados principales muestran que el migrante que retorna gana, en promedio, mayores ingresos en comparación con los no migrantes, pero valores, en promedio, inferiores que los no naturales, lo que sugiere una selección positiva para el retorno en comparación con los que nunca emigraron, y negativa en relación con los no nacidos en Ceará. Se concluye que la llegada de migrantes (retornados y no naturales) seleccionados positivamente es una ganancia, a través de la transferencia de conocimiento y el aumento en los ingresos cearenses.

Palabras clave | Ceará; migración; retorno; selección; trabajo.

Clasificación JEL | J62 O15 R23

Introdução

Historicamente o Ceará caracteriza-se como área de perda populacional (FERREIRA, 2007). Em um período de 60 anos (1950 a 2010) a sua dinâmica migratória interestadual passou por dois momentos distintos, com a primeira fase entre 1950/1980 e a segunda entre 1980/2010 (QUEIROZ, 2013). Até os anos 1950, as raízes da evasão migratória estadual foram justificadas por suas características físicas (seca), processo de ocupação tardio e os grandes latifúndios (GIRÃO, 1953; SOUZA, 2006; TROVÃO, 2008). Entre 1950 e 1980, outros fatores

agravaram os problemas já existentes, com a ampliação dos desequilíbrios regionais (MOREIRA, 1987), concentração de riqueza, oportunidades de trabalho e melhores rendimentos no centro-sul do país, com o Brasil dividido em polos de atração e de expulsão da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; ROSSINI, 1986).

Como o ‘problema’ das migrações não estava no local de destino, mas na origem (Ceará), e na desigualdade regional (SINGER, 1980), milhares de cearenses cruzaram o país em busca de emprego e de melhores condições de vida. No intervalo de 30 anos (1950 a 1980), o Ceará perdeu elevado contingente humano, inicialmente para as regiões Norte e Nordeste e, desde os anos 1970, para o centro dinâmico da economia nacional — representado pelo Sudeste, em especial o estado de São Paulo (QUEIROZ, 2013).

Contudo, a partir da década de 1980, com a crise econômica que abalou o país e, durante os anos 1990, com o aumento do desemprego e da informalidade, o Ceará seguiu na contramão, com crescimento econômico acima da média nacional e regional, gerando postos de trabalho formais. Diante dessa conjuntura favorável, as perdas líquidas populacionais se arrefeceram, com destaque para a crescente importância da migração interestadual de retorno (QUEIROZ, 2003).

A partir desse contexto, grande parte da literatura que abordou a relação entre migração e emprego centrou-se na inserção ocupacional do migrante e não migrante no local de destino, frequentemente definido como o mercado de trabalho paulista ou a sua região metropolitana (ARANHA, 1996; JANNUZZI, 1999; CARVALHO *et al.*, 1973). Outros estudos, mais uma vez, destacaram a absorção das referidas categorias de migrantes no mercado de trabalho das áreas urbanas do país (COSTA, 1975), grandes regiões (DEDECCA, 2012) e regiões metropolitanas (CUNHA; JAKOB, 2010; MARTINE; PELIANO, 1978; MERRICK; GRAHAM, 1981).

Nesse contexto, este artigo pretende avançar tanto no que concerne ao recorte da população, que será analisada a partir das categorias migrante interestadual de retorno, migrante não natural e não migrante, quanto do ponto de vista espacial, cujo estudo abordará os migrantes inseridos no mercado de trabalho cearense. A partir disso, o objetivo principal é identificar a seletividade entre o migrante interestadual de retorno inserido no mercado de trabalho cearense *vis-à-vis* o migrante não natural e o não migrante. A identificação será realizada por meio da comparação entre o perfil ocupacional e os rendimentos dos retornados em relação aos migrantes não naturais e os não migrantes.

Trabalhamos com a hipótese de que o migrante interestadual de retorno é positivamente selecionado (aufere maiores rendimentos) em relação ao não migrante (sempre morou no estado), mas negativamente selecionado (aufere menores rendimentos) quando comparado ao migrante não natural. A justificativa é que o retornado possui experiência no mercado de trabalho em outras unidades da Federação (MATOS, 1996; VADEAN; PIRACHA, 2009), e/ou passou pelo processo de adaptação progressiva ou de sobrevivência dos mais fortes no mercado

de trabalho metropolitano/urbano/de outros estados (MARTINE, 1980) que o diferencia favoravelmente em relação àqueles que nunca emigraram do Ceará. Todavia, esses mesmos atributos não se igualam aos observados no migrante não natural, possibilitando-lhe menores proventos.

Para cumprir esses objetivos, além desta introdução, o estudo contempla mais quatro seções. A segunda seção faz uma breve revisão bibliográfica a partir da literatura estrangeira e nacional sobre migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho. A terceira seção descreve as etapas metodológicas do estudo. A quarta, por meio da análise das estatísticas descritivas relacionadas ao perfil ocupacional e rendimentos das três categorias em estudo (migrante de retorno, migrante não natural e não migrante), procurou comprovar a hipótese deste trabalho. A quinta e última seção apresenta as conclusões do estudo.

Revisão de estudos: seleção, causas e efeitos da migração de retorno

Com o intento de resgatar a literatura que trata da relação entre migração e trabalho, em especial migração de retorno e seleção no mercado de trabalho, esta seção sistematiza algumas contribuições publicadas no exterior e no Brasil. Procura-se identificar, a partir de diferentes perspectivas, a seletividade entre os grupos de migrantes, o perfil e as causas do retorno, além dos efeitos desse fluxo migratório sobre a área receptora.

Vanderkamp (1971) em um estudo pioneiro sobre a migração de retorno, conclui que a experiência migratória internacional proporcionava incremento em termos de capital humano para o migrante, que ao retornar para o local de nascimento poderia ocupar melhores postos de trabalho, com implicações positivas para o país de origem.

Chiswick (1999), no seu modelo de migração seletiva, teve como ponto de partida o trabalho de Sjaastad¹ sobre migração e investimento em capital humano. O primeiro autor modelou os custos em capital humano e os retornos da migração. O viés de seleção foi testado a partir dos rendimentos entre migrantes e não migrantes, controlado por características pessoais (sexo, idade, escolaridade etc.) e ocupacionais, com os migrantes positivamente selecionados em relação aos não migrantes, em virtude de serem mais ambiciosos, empreendedores, talentosos etc. (características não observáveis diretamente).

¹ Sjaastad (1980) estudou a migração não somente sob a ótica da promoção do equilíbrio entre as regiões, mas como um investimento que gera custos e retornos. No seu estudo reconhecido na literatura como o “modelo de capital humano”, o potencial migrante investe em si (educação, treinamento, anos de experiência etc.) e a partir disso consegue os melhores empregos e os maiores rendimentos.

Dustmann e Kirhcamp (2001), analisaram a duração ideal da migração e a escolha ocupacional de migrantes turcos retornados da Alemanha. As opções são não trabalhar, trabalhar como assalariado ou por conta própria. Os resultados indicaram que após o retorno, mais da metade é economicamente ativo e a maioria se envolveu em atividades empreendedoras, representando um ganho para a Turquia. Outro resultado apontou para a relação positiva entre escolaridade e autoemprego, e negativa entre idade e empreendedorismo. Quanto mais instruído for o retornado, maior é a chance de se tornar empreendedor, e quanto maior for a idade, menor é a chance do autoemprego.

Piracha e Vadean (2010), investigaram a possibilidade de mudança ocupacional ou escolha profissional dos migrantes ao retornarem para a Albânia. Constataram que os retornados mais instruídos, um ano após o seu retorno, apresentaram elevada probabilidade de tornarem-se empreendedores de sucesso ao criarem empresas próprias. No caso dos retornados com menor nível educacional, no início eles trabalham por conta própria e, depois, tornam-se assalariados.

Para o caso brasileiro, um dos primeiros estudos sobre migração de retorno é o de Scott (1986). Centrado na questão do trabalho e da família na decisão de migrar, o autor destacou a importância desses fatores nas razões do retorno. De um lado, a exclusão da força de trabalho no local de destino e, do outro, a unidade doméstica solidária na origem justificam o retorno para o Nordeste.

Com o foco na emigração interestadual de São Paulo para as demais unidades da Federação, a partir do Censo Demográfico de 1991, Cunha (2000) observou que, em geral, entre 1986/1991, os retornados compõem um grupo etário adulto, com menos anos de estudo e rendimento médio mensal inferior ao do migrante não natural. Todavia, o retornado apresentou nível educacional superior ao observado na população residente, com provável efeito positivo para os estados receptores.

Santos Júnior (2002), em um estudo pioneiro sobre migração interestadual e seletividade no Brasil, por meio da PNAD de 1999, encontrou evidências que os migrantes ganham, em média, valores superiores aos não migrantes, sendo positivamente selecionados. O autor explicou esse resultado em função da população migrante apresentar, em média, melhores características não observáveis diretamente (ambição, motivação, habilidades específicas, capacidade empresarial etc.) em relação ao não migrante.

No caso do Ceará, Queiroz (2003), a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, confrontou o perfil socioeconômico e ocupacional do migrante de retorno e do migrante não natural. Por meio de estatísticas descritivas, os achados mostram que a população retornada era menos escolarizada e recebia rendimento inferior ao migrante não natural, mas a sua taxa de desemprego era menor. A autora justificou esse resultado a existência de redes de contato no destino (Ceará) e o crescimento na geração de empregos no mercado de trabalho estadual, facilitando a inserção do retornado no local de nascimento.

A partir dessa breve revisão bibliográfica, encontramos nos estudos internacionais e nacionais tanto casos de seletividade positiva quanto negativa para o migrante de retorno. No tocante ao perfil socioeconômico e ocupacional dos envolvidos nesse processo, não existe um padrão específico.

Procedimentos metodológicos

O recorte temporal deste estudo compreende o período de 1986 a 2010, precisamente os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, e fez uso dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente. A opção por esse ponto de partida justifica-se em função do quesito data fixa (refere-se ao lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da coleta do Censo Demográfico) ter sido aplicado, pela primeira vez, no Censo Demográfico de 1991 (RIGOTTI, 1999).

A compatibilização das variáveis, extraídas nos microdados dos Censos Demográficos, sobre a inserção no mercado de trabalho, estão apresentadas sumariamente, devido ao elevado número de páginas necessárias à explicação.

Quanto às categorias de análise, as populações foram classificadas em três tipos:

- i) Migrante interestadual de retorno – indivíduo natural do Ceará, com 10 anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra unidade da Federação.
- ii) Migrante não natural – indivíduo não natural do Ceará, com 10 anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra unidade da Federação.
- iii) Não migrante – indivíduo natural do Ceará, com 10 anos ou mais de idade, que sempre morou no município de nascimento.

Com relação ao mercado de trabalho, apresentamos algumas definições e indicadores adotados neste estudo.

População em Idade Ativa (PIA) – representa as pessoas com 10 anos ou mais de idade no período de referência.

$$PIA = PEA - R + PNEA$$

Considerou-se como População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R) a população com 10 anos ou mais de idade ocupada com remuneração e a ocupada

sem remuneração que trabalhou 15 horas ou mais por semana, mais as pessoas desempregadas que procuraram emprego num período de referência (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). A PEA-R inclui a População Ocupada (PO) e a População Desempregada (PD).

$$PEA - R = PO + PD$$

Já a População Não Economicamente Ativa (PNEA) foi definida como as pessoas com 10 anos ou mais de idade não empregadas e que não procuraram trabalho no período de referência.

A partir das definições de PIA, PEA-R e PNEA é possível calcularmos a Taxa de Atividade e a Taxa de Inatividade.

Taxa de Atividade – calculada pela razão entre a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R) e a População em Idade Ativa (PIA). Esse indicador representa a oferta de trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade, incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

$$\text{Taxa de Atividade} = \frac{PEA - R}{PIA} * 100$$

Taxa de Inatividade – calculada pela razão entre a População Não Economicamente Ativa (PNEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Representa o contingente de pessoas sem emprego e que não procurou trabalho num período de referência.

$$\text{Taxa de Inatividade} = \frac{PNEA}{PIA} * 100$$

A partir da PEA-Restrита, definiu-se como População Ocupada (PO) aqueles com 10 anos ou mais de idade ocupados com remuneração e os ocupados sem remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana.

A Taxa de Ocupação foi calculada pela razão entre a População Ocupada (PO) e a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R).

$$\text{Taxa de Ocupação} = \frac{PO}{PEA - R} * 100$$

Nesse sentido, considerou-se como População Desempregada (PD) aqueles com 10 anos ou mais de idade que declararam estar desempregados, mas procuraram emprego num período de referência.

A Taxa de Desemprego é calculada pela razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R).

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{PD}}{\text{PEA} - \text{R}} * 100$$

A taxa de formalidade e a taxa de informalidade são outros indicadores analisados neste estudo e definidos da seguinte maneira.

Taxa de Formalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores formais (empregado com carteira assinada mais os militares e os funcionários públicos estatutários) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Formalidade} = \frac{\text{Trabalhadores Formais}}{\text{PO}} * 100$$

Taxa de Informalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores informais (empregado sem carteira assinada mais os trabalhadores por conta própria) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Informalidade} = \frac{\text{Trabalhadores Informais}}{\text{PO}} * 100$$

Migração e seleção no mercado de trabalho cearense

O interesse desta seção é analisar e comparar o perfil ocupacional e rendimentos dos inseridos (migrante retornado, migrante não natural e não migrante) no mercado de trabalho cearense. Para tanto, é preciso lembrar que entre os interregnos de 1995/2000 e 2005/2010, o volume de migrantes interestaduais de retorno no país e para o Ceará apresentou descenso, mas em termos relativos, essa unidade da Federação permaneceu se destacando em relação aos demais estados, ao receber a maior proporção de retornados (43,61%) em relação ao total de imigrantes que se destinaram para o Ceará (QUEIROZ, 2013).

A partir de tal declínio, como esperado, entre 2005/2010, as informações sobre condição de atividade mostram diminuição no número de retornados e de não

naturais na População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa - Restrita (PEA-R) e População Não Economicamente Ativa (PNEA), enquanto para o não migrante aumentou (Tabela 1). Assim, as taxas de atividade e de inatividade são mais apropriadas para revelarem algumas das tendências na absorção estadual.

Tabela 1 – PIA (10+), PEA-R, PNEA, Taxa de Atividade, Taxa de Inatividade, segundo condição de atividade, migrante de retorno, migrante não natural e não migrante, Ceará, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Condição de atividade	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
PIA (1)	57.674	73.367	46.362	69.236	68.824	53.879	2.863.405	3.655.794	4.646.069
PEA-R (2)	33.243	41.188	26.243	34.641	35.446	27.811	1.248.449	1.524.614	2.028.578
PNEA (3)	24.431	32.179	20.118	34.595	33.378	26.067	1.614.956	2.131.180	2.617.491
Tx. Ativ. (2)/(1)	57,64	56,14	56,61	50,03	51,50	51,62	43,60	41,70	43,66
Tx. Inativ. (3)/(1)	42,36	43,86	43,39	49,97	48,50	48,38	56,40	58,30	56,34

Fonte: IBGE (Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).
Elaboração própria.

A taxa de atividade ou taxa de participação, que mede a proporção da População em Idade Ativa inserida na atividade econômica, apresentou ligeiro aumento para todas as categorias no intervalo 2005/2010. Entre as populações, o migrante de retorno sempre figurou com a maior taxa (cerca de 57%), o migrante não natural em situação intermediária (média de 50%) e o não migrante em posição menos favorável (em torno de 43%). Resta saber se essa mão de obra foi incorporada como ocupada ou desempregada.

Com base nesse resultado, o não migrante apresentou a maior taxa de inatividade, atingindo em média 57% da sua força de trabalho potencial ao longo dos intervalos. Por inúmeros motivos (crianças ou idosos, estudantes etc.), parcela considerável dessas pessoas estava na inatividade — sem emprego e sem procurar trabalho no período de referência. No tocante às demais populações, a proporção de inativos entre os migrantes não naturais foi em média de 49% e o migrante de retorno apresentou a menor (43%), possivelmente devido à baixa concentração de adolescentes e jovens retornados (QUEIROZ, 2013).

Em se tratando das partes constituintes da PEA-Restrta (População Ocupada e População Desempregada), notadamente as taxas de ocupação e de desemprego mostram com maior precisão o ingresso na atividade produtiva cearense (Tabela 2). Inicialmente, é preciso lembrar as mudanças na condição de ocupação e na condição de desemprego entre os Censos Demográficos. Até 1991, o período de referência da ocupação era 12 meses, mas a partir do Censo Demográfico 2000 passou para uma semana. Com relação à condição de desemprego, este passou de um período

sem trabalho de 12 meses e tempo de procura de dois meses (1991) para o período sem trabalho de uma semana e tempo de procura de 30 dias (2000 e 2010).

Tabela 2 – PEA, PO e PD, com 10 anos e mais de idade, migrante de retorno, migrante não natural e não migrante, Ceará, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

PEA e suas partes constituintes	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
PEA-R (1)	33.243	41.188	26.243	34.641	35.446	27.811	1.248.449	1.524.614	2.028.578
PO (2)	31.417	34.611	23.320	32.570	29.529	24.623	1.185.120	1.273.410	1.832.783
PD (3)	1.826	6.577	2.923	2.071	5.916	3.188	63.329	251.204	195.796
Tx. Ocup. (2)/(1)	94,51	84,03	88,86	94,02	83,31	88,54	94,93	83,52	90,35
Tx. Des. (3)/(1)	5,49	15,97	11,14	5,98	16,69	11,46	5,07	16,48	9,65

Fonte: IBGE (Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).
Elaboração própria.

Para os propósitos deste estudo, a análise do Censo Demográfico de 1991 não fica comprometida quando se compara as taxas de ocupação e taxa de desemprego, entre as categorias, no referido ano. Desse modo, em 1991, a taxa de ocupação (em torno de 94%) e a taxa de desemprego (5,5%) são bastante semelhantes entre os grupos investigados.

Ao examinarmos o ano 2000, os resultados refletem, em parte, as inovações metodológicas introduzidas no Censo Demográfico, a partir da diminuição na taxa de ocupação (em torno de 84%) e o aumento na taxa de desemprego (aproximadamente 16%), com participações quase idênticas entre as populações. Além das alterações na forma de captação de alguns dos indicadores do mercado de trabalho, o aumento na taxa de desemprego cearense² também reflete as mudanças estruturais na economia brasileira ao longo da década de 1990 (MATTOSO; BALTAR, 1997).

Com a permanência da metodologia entre os Censos Demográficos 2000 e 2010, as principais tendências são delineadas com maior acuidade nesses intervalos, sendo possível o exercício da análise comparativa. Chamou atenção o aumento na taxa de ocupação (em média de 83,62% para 89,25%) e, por conseguinte, a redução na taxa de desemprego (em média de 16,38% para 10,75%). Esse resultado reflete, em parte, a melhora no cenário econômico internacional e nos indicadores macroeconômicos do país ao longo dos anos 2000 (SERRANO; SUMA, 2011).

² Durante os anos da década de 1990 o estado do Ceará seguiu a tendência nacional de aumento do desemprego (COSTA, 2009). Porém, quando comparado ao Nordeste e ao país, o emprego formal cearense cresceu a uma taxa de 4,22% a.a, ao passo que a região Nordeste e o Brasil apresentaram taxas negativas de -0,3% a.a. e -1,1% a.a., respectivamente (VALOIS; ALVES; QUEIROZ, 2007).

Entre as categorias, o crescimento na taxa de ocupação foi menos intenso para o migrante de retorno, com aumento de 4,83% (saiu de 84,03% para 88,86% no interstício 1995/2000 e 2005/2010), ao passo que o migrante não natural cresceu 5,23% (que passou de 83,31% para 88,54%) e o não migrante 6,83% (aumentou de 83,52% para 90,35%). Com isso, em 2010, a menor taxa de desemprego foi registrada para a população que decidiu permanecer no Ceará: 9,65%, contra 11,14% para o retornando e 11,46% para o migrante não natural.

Em maiores detalhes, observamos que o migrante não natural sempre apresentou o maior nível de desemprego (Tabela 2), enquanto a população não migrante (1991 e 2010) e a retornada (2000) alternam com a menor taxa de desocupação. Esses resultados se assemelham ao constatado no estudo do IPEA (2010, p.12) sobre migração interna no Brasil com foco nas categorias migrante e não migrante: “A taxa de desemprego dos migrantes é sempre maior do que a dos não migrantes, o que mostra uma maior capacidade do morador de ter sucesso na sua procura por emprego”. Essa dinâmica aponta para a importância das redes de contato e, principalmente, para a unidade doméstica solidária na origem (SCOTT, 1986) que, de um lado, facilita a inserção do migrante de retorno (QUEIROZ, 2003; SIQUEIRA; MAGALHÃES; SILVEIRA NETO, 2006) e do não migrante e, do outro lado, dificulta o ingresso do migrante não natural.

Sendo assim, os indicadores básicos do mercado de trabalho nos conduzem a duas afirmações: i) permanecer no estado do Ceará é mais vantajoso do que emigrar, e ii) migrar para o Ceará na condição de não natural não é uma boa opção. Todavia, é cedo para tal conclusão, somente o estudo detalhado nos permitirá apontar com maior precisão para qual grupo populacional a absorção foi mais vantajosa ou qual categoria é positivamente ou negativamente selecionada. Desse modo, a partir de agora, a pesquisa centra-se na população ocupada no trabalho principal em termos de posição na ocupação e setores de atividade econômica.

Nesse sentido, a Tabela 3 traz informações sobre a evolução e a distribuição dos ocupados no trabalho principal por posição na ocupação. Entre 2000/2010, os resultados revelam crescimento ininterrupto em todas as categorias na condição de empregado, puxado pelo trabalho com carteira assinada, enquanto conta própria, empregador e não remunerado diminuíram.

Atendo-se ao emprego com carteira assinada, em 1991, cerca de 30% dos migrantes não naturais estavam nessa situação, com participação de 25,72% dos retornados e 19,28% dos não migrantes. Ao longo dos anos 1990, mesmo com a intensa precarização no mercado de trabalho nacional, com resultados sobre a redução relativa de postos com registro em carteira (IPEA, 2011), no Ceará houve ampliação para o não natural (passou de 29,76% para 33,56% entre 1991/2000) e o não migrante (passou de 19,28% para 24,11%), todavia, diminuiu a proporção de retornados (de 25,72% para 18,88%).

Tabela 3 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo a posição na ocupação, migrante de retorno, migrante não natural e não migrante, Ceará, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Posição na ocupação	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
a) Empregado	54,48	56,92	67,93	65,60	73,11	74,99	53,22	65,34	74,00
Com cart. assinada	25,72	18,88	29,76	29,76	33,56	39,37	19,28	24,11	34,80
Mil. e Func. Púb. Est.	8,10	4,95	4,58	9,03	5,05	5,71	11,69	5,59	4,26
Sem cart. assinada	20,67	33,09	33,59	26,80	34,50	29,91	22,26	35,63	34,93
b) Conta própria	38,29	37,74	29,15	27,81	20,78	20,49	36,18	28,96	23,06
c) Empregador	4,10	2,52	1,61	3,74	3,17	3,12	2,55	1,59	0,97
d) Não remunerado	3,13	2,83	1,31	2,85	2,94	1,39	8,05	4,11	1,97

Fonte: IBGE (Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).
Elaboração própria.

Entre 2000 e 2010, *pari passu* com a recuperação econômica e o crescimento na formalização do mercado de trabalho brasileiro, o Ceará aumentou a proporção de trabalhadores com registro em carteira. A ampliação foi de 10,88% para o retornado, 10,69% para o não migrante e cerca da metade para o migrante não natural (5,81%). Apesar desse menor crescimento, o migrante não natural sempre se destacou com a maior proporção de trabalhadores registrados. Nesse sentido, quase 40% dos não naturais, 35% dos não migrantes e 30% dos retornados tinham registro em carteira em 2010 (Tabela 3). Essa dinâmica mostra que apesar da população não natural figurar com a maior taxa de desemprego (Tabela 2), ela encontra-se em posição ocupacional mais favorável.

Quanto ao emprego na condição de militar e funcionário público estatutário, houve descenso em todas as categorias entre 1991 e 2010. O destaque ficou por conta do não migrante, que passou de 11,69% em 1991 para 4,26% em 2010, sendo ligeiramente superado pelo migrante de retorno (4,58%) e o migrante não natural (5,71%). Com isso, em “termos de estabilidade”, o migrante não natural figura com maior proteção, o migrante de retorno vem em segundo lugar e o não migrante encontra-se mais “vulnerável” ou menos protegido. Ou seja, apesar de a população não migrante figurar com a maior taxa de ocupação (Tabela 2) (ou menor taxa de desemprego), ela tem inserção precária, apontando para o caráter seletivo em benefício do migrante não natural e do migrante de retorno. Esse comportamento possivelmente está relacionado às diferenças quanto à escolaridade desses grupos populacionais em estudo.

Em relação ao emprego sem carteira assinada, constatamos dois momentos no mercado de trabalho cearense. O primeiro, durante os anos 1990, em conformidade com a tendência de precarização dos postos de trabalho no país (BALTAR *et al.*, 2010; IPEA, 2011), houve aumento na proporção de trabalhadores nessa situação.

A partir disso, em 2000, todas as categorias tiveram mais de 30% dos ocupados sem registro em carteira, com participação de 33,09% dos retornados, 34,50% dos não naturais e 35,63% dos não migrantes. O segundo momento aconteceu ao longo da primeira década do século XXI, a partir da recuperação do mercado trabalho brasileiro, com aumento no número de vagas e formalização do emprego (BALTAR *et al.*, 2010; IPEA, 2011). O Ceará acompanhou essa tendência com descenso na participação do migrante não natural (de 34,50% para 29,91%) e do não migrante (35,63% para 34,93%) e sutil aumento na proporção dos retornados (que passou de 33,09% para 33,59%).

Com esse resultado, mais uma vez, depreendemos que o migrante não natural é o mais bem inserido no mercado de trabalho cearense. No tocante ao migrante de retorno e ao não migrante, não temos clareza sobre qual grupo tem a melhor absorção. Isso porque, em 2010, o não migrante deteve, ao mesmo tempo, a maior proporção de trabalhadores com registro e sem registro em carteira e como não remunerados (Tabela 3). Por outro lado, o migrante de retorno apresentou maior proporção de trabalhadores por conta própria, empregador, militar e funcionário público estatutário (Tabela 3). Nesse contexto, somente com o estudo detalhado das demais posições na ocupação, taxas de formalidade e de informalidade, ingresso por setor de atividade e rendimento será possível distinguir essa questão.

Atendo-se aos trabalhadores por conta própria, em consonância com a dinâmica nacional (BALTAR *et al.*, 2010), houve diminuição significativa nesse tipo de ocupação, sugerindo melhoria qualitativa nos postos de trabalho. Entre os grupos em estudo, o migrante de retorno sempre teve a maior proporção de trabalhadores nessa condição, enquanto o migrante não natural apresentou a menor (Tabela 3). As informações do último Censo Demográfico (2010) revelam que 29,15% dos retornados era conta própria, contra 23,09% dos não migrantes e 20,49% dos migrantes não naturais. Essa dinâmica, em parte, explica o motivo da população retornada figurar com a menor proporção de trabalhadores com carteira assinada.

Esses resultados são semelhantes aos observados nos estudos internacionais de Dustmann e Kirchkmapp (2001), e nacionais dos autores Ramalho e Silveira Neto (2009) e Queiroz (2010), que mostram maiores contingentes de retornados trabalhando por conta própria quando comparados ao não migrante.

Ademais, a inserção dos retornados como conta própria pode apontar para a situação de sucesso ou de fracasso. Quando essa forma de ingresso representa um evento planejado, conta com a experiência ocupacional no mercado de trabalho em outros estados, retorno após aposentadoria, e ao regressar abrir o próprio negócio, esse seria um possível caso de sucesso. Mas se o trabalho por conta própria decorre da “imposição” do mercado de trabalho, ou seja, figurando como alternativa para o desemprego, esse seria um caso de fracasso.

No caso do Ceará, a opção por trabalhar como conta própria pode representar um evento planejado, e, ao regressar, abrir o próprio negócio, sugerindo capacidade de

adaptação progressiva ou sobrevivência dos mais fortes no local de destino. Além disso, as habilidades adquiridas, conhecimentos e experiências progressas no mercado de trabalho em outros estados devem ser diferenciais, possibilitando o retornado auferir maiores rendimentos em relação à mão de obra não migrante. Contudo, somente com a análise descritiva dos rendimentos chegaremos ou não a essa conclusão.

Quanto à ocupação na condição de empregador, todas as populações apresentam descenso de maneira ininterrupta (Tabela 3). O não migrante sempre teve a menor proporção de trabalhadores nessa posição e, em 2010, a sua participação foi inferior a 1%, contra 1,61% para o migrante de retorno e 3,17% para o migrante não natural. Segundo Piracha e Vadean (2010), a ocupação na condição de empregador representa um lócus de seletividade no mercado de trabalho ao absorver os mais instruídos e possibilitar os maiores rendimentos. Démurger e Xu (2009), no estudo sobre escolha ocupacional entre o grupo de migrantes retornados para a China, encontraram que os retornados bem-sucedidos são mais propensos a se tornarem empreendedores.

Por meio desses resultados, encontramos que o retornado para o Ceará é o segundo grupo na condição de empregador e maioria relativa por conta própria (Tabela 3). Caso o ingresso nessas ocupações represente um evento planejado, retorno após a aposentadoria, tenha passado pelo processo de adaptação progressiva e/ou sobrevivência dos mais fortes durante a sua experiência migratória, é provável que sejam positivamente selecionados, resta saber em relação a qual população.

É preciso destacar que, além dos motivos econômicos, a partir da experiência no mercado de trabalho de destino/outros estados, reinserção em melhores postos de trabalho na área de origem (Ceará), desejo aplicar as economias no local de nascimento, a idealização do retorno à terra natal também está associada ao interesse de reencontrar a sua identidade, raízes, convívio familiar e de amigos (DEBIAGGI, 2004), “busca de valores simbólicos e subjetivos vinculados à região de origem” (MATOS, 1996, p.1.036).

Outro resultado importante vislumbrado na Tabela 3 foi a expressiva redução na proporção de não remunerados, dinâmica tal qual a verificada em nível nacional, a partir de 2006 (IPEA, 2011). Com base no último Censo Demográfico (2010), o paralelo entre as populações mostrou participação de 1,31% do migrante de retorno, 1,39% do migrante não natural e 1,97% do não migrante. Apesar dessa diferença diminuta, a explicação para os trabalhadores retornados serem minoria entre os não remunerados tem relação com a maior participação deles na categoria por conta própria, o que lhes permite contar com um rendimento mensal.

Esses primeiros resultados a partir dos indicadores básicos do mercado de trabalho e da posição na ocupação, permitem-nos esboçar que o migrante não natural é o grupo mais bem inserido na atividade laboral cearense, o migrante de retorno estaria em situação intermediária e o não migrante com a pior absorção. Contudo, é cedo

para tal afirmação, o próximo passo trata de conferir o ingresso por ramo de atividade econômica.

A Tabela 4 ilustra os ocupados no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica. Seguindo a tendência do país³, durante todo o período (exceção para o não migrante, em 1991), o setor de serviços foi o que mais empregou. Inicialmente é necessário destacarmos a dimensão desse setor (instituições financeiras, ensino, transportes e comunicações, médicos/odontólogos e veterinários etc.), que engloba atividades de trabalho/intensivo e capital/intensivo (KON, 1997), e demanda trabalhadores de baixa e alta qualificação e, conseqüentemente, mal e bem remunerados. Nesse sentido, constatamos que desde 1991, a participação do migrante não natural superou a casa dos 40% e o migrante de retorno atingiu os 30%. No caso do não migrante, a sua participação tornou-se acima dos 30% a partir de 2000.

Tabela 4 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica, migrante de retorno, migrante não natural e não migrante, Ceará, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Ocupação por setor de atividade	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Agrop. silvic. e pesca	24,97	13,96	10,37	13,44	5,34	5,34	43,65	21,90	16,59
Ind. extrativa	0,41	0,14	0,24	0,62	0,56	0,63	0,42	0,33	0,23
Ind. de transformação	12,20	11,87	10,72	12,63	13,79	11,55	9,95	13,40	13,14
Ind. da construção	8,37	8,40	8,18	7,23	6,25	6,81	4,92	6,45	6,88
Serv. Ind. de util. púb.	0,44	0,64	0,39	0,45	0,50	0,78	0,86	0,88	1,02
Comércio	16,61	23,17	24,81	18,35	21,90	20,29	9,83	16,15	18,11
Serviços	32,88	36,29	35,38	42,77	45,05	41,77	26,73	34,11	33,90
Administração pública	3,47	4,76	5,73	3,85	4,55	6,44	3,10	5,30	5,23
Atividades mal defin.	0,65	0,76	4,18	0,68	2,05	6,40	0,54	1,48	4,90

Fonte: IBGE (Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).
Elaboração própria.

O comércio é o segundo lócus de ingresso, a cada intervalo, a proporção de trabalhadores cresceu. Em 2010, 18,11% dos não migrantes estavam inseridos nesse setor, contra 20,29% dos migrantes não naturais e 24,81% dos migrantes de retorno. A maior presença dos retornados tem a ver com a sua maior absorção relativa na condição de conta própria, conforme mostrado na Tabela 3. Tais achados estão em conformidade com os dados de Costa (2009, p.73) que afirma: “setorialmente

³ Mais detalhes ver Baltar et al. (2010) e IPEA (2011).

falando, essa retomada do emprego no Ceará ocorreu em todos os setores econômicos, com as presenças sempre marcantes dos serviços e do comércio”.

De outra parte, o aumento na proporção de ocupados no setor de serviços e comércio foi devido à transferência da agropecuária, silvicultura e pesca. Particularmente sobressaiu-se o descenso dos não migrantes que, entre 1986/1991 e 2005/2010, passou de 43,65% para 16,59%, respectivamente. Apesar dessa diminuição, em termos relativos, a população não migrante (16,59%) é maioria quando comparada ao migrante de retorno (10,37%) e, notadamente, em relação ao migrante não natural (5,34%). Essa supremacia provavelmente decorre da sua maior disposição em aceitar esse tipo de ocupação, dado o seu baixo nível de instrução, além do fato de 25% da população cearense residir em zona rural, ao passo que a média do país era de 15% em 2010 (QUEIROZ, 2013).

A título de ilustração, convém assinalarmos que o fraco desempenho da agropecuária, silvicultura e pesca na geração de empregos está em consonância com a expansão do setor terciário e da indústria em detrimento da retração do setor primário, tendência constatada para o Ceará desde os anos 1980 (QUEIROZ, 2003). Em 2009, a composição setorial do Produto Interno Bruto cearense tinha participação de 70,4% dos serviços, 24,5% da indústria e 5,1% da agropecuária (IPECE, 2011). Por conseguinte, a ocupação na agropecuária “[...] tem contribuído cada vez menos para a formalização do emprego no Ceará, no transcorrer dos anos 2000” (COSTA, 2009, p.35-36). Em outro estudo, o autor revela: “[...] assinala-se que o PIB da agropecuária estadual acusou queda de 8,1% [em 2010], impactando no mercado de trabalho estadual com a eliminação de 1.178 empregos com registro em carteira” (COSTA, 2011, p.15).

Atendo-se ao emprego na indústria (extrativa, transformação, construção e serviço industrial de utilidade pública), os dados na Tabela 4 mostram pouca alteração na sua participação e semelhança entre as categorias. Ao longo das três décadas, os retornados e os migrantes não naturais tiveram, em média, participação de 21% e o não migrante de 19,0%. Contudo, a análise específica da indústria de transformação, terceiro setor em termos de ocupação, revelou ligeira diferença na participação da população não migrante, que foi de 13,14%, contra 11,55% do migrante não natural e 10,72% dos retornados. A explicação deve-se ao tipo de indústria instalada no Ceará (têxtil, calçadista e alimentícia), demandante de mão de obra pouco qualificada⁴, justificando o maior ingresso do não migrante, categoria com menor nível de instrução⁵, além da manutenção das redes de contato no local de nascimento.

No que diz respeito à construção civil, quarto ramo na absorção de trabalhadores, a despeito do crescimento do investimento público, tanto na esfera federal

⁴ Ver Costa (2009; 2011); Silva Filho, Queiroz e Clementino (2012).

⁵ Devido à falta de espaço, as informações sobre escolaridade foram omitidas neste estudo.

(Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], especialmente em infraestrutura; obras para a Copa do Mundo; programa habitacional popular Minha Casa, Minha Vida) (BALTAR *et al.*, 2010) quanto estadual (construção do metrô de Fortaleza, hospitais públicos, Refinaria Premium II, Companhia Siderúrgica, Usina Termoelétrica e do Terminal Múltiplo, além da ampliação do Porto do Pecém) (COSTA, 2009), a expansão foi modesta, com a média das ocupações passando de 7,03% para 7,29%, entre 2000/2010.

Quanto à dinâmica entre as populações, no intervalo 1995/2000 e 2005/2010, houve discreto aumento na participação do migrante não natural (subiu de 6,25% para 6,81%) e do não migrante (que passou de 6,45% para 6,88%), enquanto o migrante de retorno diminuiu sutilmente (de 8,40% para 8,18%), mas permaneceu com a maior proporção de trabalhadores. Parece plausível que esse resultado tenha relação com a experiência na construção civil em outros estados e, ao regressar, foi absorvido na atividade que detinha conhecimento. Segundo o IPEA (2010, p.11): “[em 2008] cerca de 20% dos homens que migram do Nordeste para o Sudeste estão nesse setor [construção civil]”. Outra explicação tem a ver com o esforço físico que em geral essa atividade exige, e dado a concentração de retornados (52,24%) na idade produtiva (25 a 39 anos), esse atributo teria facilitado a sua absorção (QUEIROZ, 2013).

No tocante à administração pública, é interessante observar que apesar desse setor agregar pouco número de trabalhadores, paulatinamente, em termos relativos, a participação das três populações aumentou (exceção para o não migrante, entre 2005/2010). Nesse aspecto, o Ceará acompanhou a tendência de recuperação do emprego público no país, vislumbrada a partir dos anos 1990, com maior expansão durante a primeira década dos anos 2000 (BALTAR *et al.*, 2010).

Para ilustrarmos essa dinâmica, entre 1986/1991 e 2005/2010, a população retornada passou de 3,47% para 5,73% dos ocupados nessa atividade. A participação do migrante não natural aumentou de 3,85% para 6,44% e a população não migrante expandiu de 3,10% para 5,23%. Diante disso, em 2010, o não natural do Ceará (6,44%) é o grupo com maior inserção na administração pública, seguido do retornado (5,73%) e do não migrante (5,23%). Em virtude de tal atividade frequentemente exigir maior qualificação, esse resultado está em sintonia com a distribuição dos ocupados segundo o nível de instrução⁶.

Esses primeiros achados sugerem que o migrante de retorno tem melhor ingresso no mercado de trabalho cearense quando comparado ao não migrante, mas a absorção é inferior que do migrante não natural. A partir disso e da influência dos demais atributos observáveis diretamente (perfil socioeconômico, especialmente o nível de instrução), é possível que o retornado receba maiores rendimentos comparativamente ao não migrante e menores em relação ao migrante não natural.

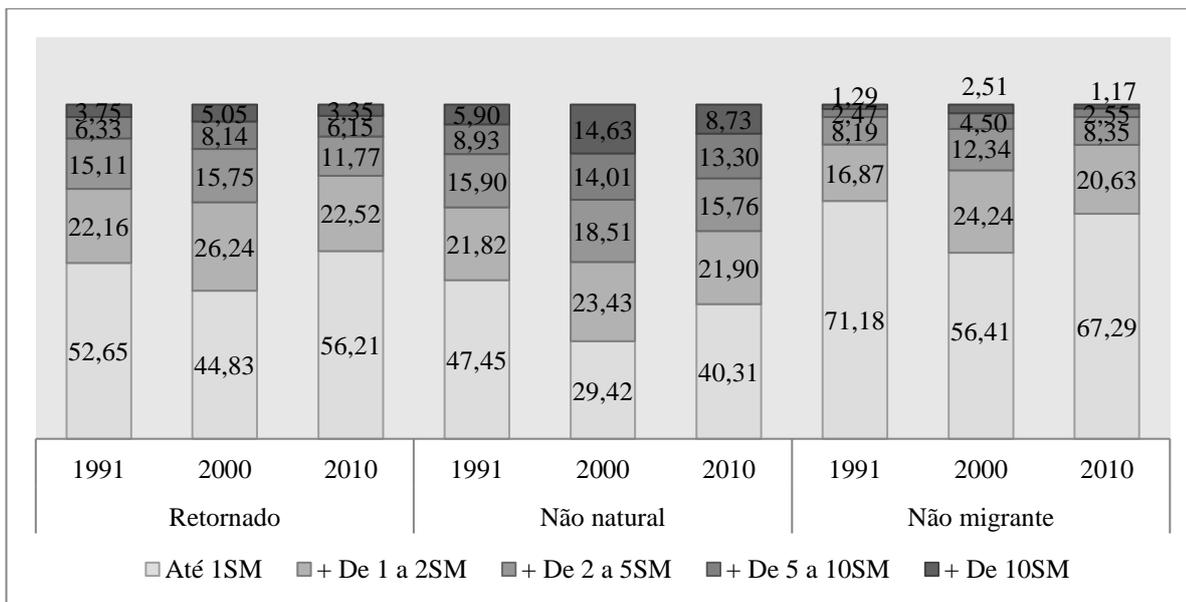
⁶ Esta informação teve que ser omitida do estudo devido ao limite de páginas.

Na busca de evidências mais conclusivas, a Figura 1 compara a participação segundo faixas salariais, indicando o melhor e o pior posicionamento entre as categorias em estudo.

De acordo com a Figura 1, houve piora na remuneração das três populações, entre 1995/2000 e 2005/2010. No primeiro intervalo (1986/1991 e 1995/2000), a proporção de empregados ganhando até um salário mínimo diminuiu, todavia, entre os dois últimos Censos Demográficos (1995/2000 e 2005/2010) aumentou expressivamente.

A precarização é tão intensa que, durante os três quinquênios em estudo, os grupos populacionais sempre foram maioria na faixa salarial mais baixa (até 1 salário mínimo [SM]). Contudo, a proporção de ocupados segundo classes de rendimentos e entre as categorias é bastante distinta, mostrando indícios de seletividade.

Figura 1 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo as classes de rendimento nominal mensal*, migrante de retorno, migrante não natural e não migrante, Ceará, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE (Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).
Elaboração própria.

* Valor do salário mínimo nominal vigente na data de referência do Censo Demográfico: em 1991: Cr\$ 36.161,60; em 2000: R\$ 151,00; em 2010: R\$ 510,00.

Nesse sentido, constatamos que em todo o período em tela, os migrantes (não naturais e retornados) ganham mais do que aqueles que permaneceram no Ceará (não migrante). Tomando como exemplo o ano de 2010, enquanto 67,29% dos não

migrantes ganhavam até um salário mínimo, essa proporção diminuiu para 56,21% dos retornados e 40,31% dos migrantes não naturais. Nas três faixas centrais (+ de 1 a 2 SM, + de 2 a 5 SM e + de 5 a 10 SM) o “*gap*” permaneceu, com 50,96% dos não migrantes auferindo mais 1 até 10 SM, contra 40,44% dos retornados e 31,53% dos não naturais. Quando a análise é feita para a faixa de rendimento mais elevada (+ de 10 SM), a situação se inverte, ou seja, os migrantes não naturais são maioria (8,73%), com participação de 3,35% dos retornados e somente 1,17% dos não migrantes.

Esses resultados sugerem seletividade positiva (auferem maiores rendimentos) para o migrante de retorno em relação àqueles que nunca emigraram do Ceará, mas negativa (auferem menores rendimentos) quando comparados ao migrante não natural. Tal inclinação está em sintonia com boa parte da revisão da literatura (estudos internacionais e outras unidades da Federação do Brasil) realizada neste estudo, quando evidenciamos que o retornado está em posição intermediária ou secundária no tocante ao nível de instrução e formas de ingresso no mercado de trabalho, com o migrante não natural dotado de melhores atributos observáveis diretamente, enquanto o não migrante teria os piores.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo principal identificar a seletividade entre o migrante interestadual de retorno inserido no mercado de trabalho cearense *vis-à-vis* o migrante não natural e o não migrante. Para tanto, procurou-se traçar o perfil (ocupacional e rendimento) do retornado e compará-lo as demais categorias em análise.

Na busca inicial da caracterização dos grupos populacionais, os resultados da análise da estatística descritiva mostram semelhanças em quase todos os aspectos. O migrante (retornado e não natural) e não migrante típico ocupado na atividade econômica cearense trabalha sem carteira assinada (retornado e não migrante) ou com registro em carteira (migrante não natural), é empregado no setor de serviços e ganha até um salário mínimo.

Apesar dessas similaridades, o estudo pormenorizado revelou participação relativa distinta em relação à ocupação e rendimento. Nesse aspecto, quando comparado às demais categorias consideradas, os retornados apresentaram maior taxa de atividade, maior participação como conta própria, maioria relativa no ramo do comércio e minoria como não remunerado, mostrando indícios de um retorno programado, após aposentadoria, e abertura do próprio negócio.

Além disso, observa-se a importância da experiência migratória, dado que em termos de distribuição da renda em salário mínimo, os retornados são mais

favorecidos em relação aos não migrantes e menos quando comparado aos migrantes não naturais.

Assim, esses achados comprovam a hipótese deste estudo, ao mostrar que a população retornada se distingue positivamente em relação a não migrante, em termos de inserção ocupacional e rendimento, mas negativamente quando comparada ao migrante não natural.

A partir disso, concluímos que os nascidos no Ceará que retornaram para o estado passaram pelo processo de adaptação progressiva e/ou pelo processo de sobrevivência dos mais fortes no mercado de trabalho metropolitano/urbano/de outros estados, e ao regressarem auferem melhores rendimentos em relação àqueles que permaneceram no estado (não migrante) e não viveram essa experiência. Todavia, tais características não foram suficientes para distingui-los positivamente em relação aos migrantes não naturais.

Em resumo, e mais importante, a chegada de trabalhadores positivamente selecionados (tanto retornados quanto migrantes não naturais), comparativamente à população não migrante, representa um ganho para o Ceará por meio da transferência de conhecimento e o aumento na renda estadual.

Enfim, estudos posteriores poderão aprofundar a relação entre migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho com outros grupos populacionais: retornados *versus* não retornados. Além disso, os fluxos migratórios podem ser de curta distância: entre mesorregiões, microrregiões e municípios, dado o crescimento contínuo do movimento migratório intraestadual cearense.

Referências

ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1996.

BALTAR, Paulo E. A.; SANTOS, Anselmo L.; KREIN, José Darin; LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo Weishaupt; MORETTO, Amilton; MAIA, Alexandre Gori; SALAS, Carlos. **Moving towards decent work** – labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience (= Global Labour University Working Papers, v. 9). p. 1-46, 2010.

CARVALHO, Eduardo; MOTA, Milton; SILVA, Maria T. C. **Migrações internas no Brasil**: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

CHISWICK, Barry. Are immigrants favorably self-selected? **American Economic Review**, v. 89, 1999.

COSTA, Mardônio de Oliveira. **Formalização do emprego e inserção precária: duas faces do mercado de trabalho da RMF**. Fortaleza: IDT, 2011. 50 p.

COSTA, Mardônio de Oliveira. **Emprego formal no Ceará: um enfoque regional**. Fortaleza: IDT, 2009. 97 p.

COSTA, Manuel Augusto. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crise, mudanças e novos desafios. In: XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000.

CUNHA, José Marcos P.; JAKOB, Alberto A. Eichman. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População** (impresso), v. 27, p. 115-139, 2010.

DeBIAGGI, Sylvia Dantas. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DeBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José (Org.) **Psicologia, E/Imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 135-164.

DEDECCA, C. S. Crescimento, migração interna e trabalho no início do século. In: V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. **Anais...** Montevideo: ALAP, 2012.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da ABET**, Rio de Janeiro, v. III, n. 2, p. 30-60, 2003.

DÉMURGER, Sylvie; XU, Hui. **Return migration and occupational mobility in rural China: a case of Wuwei county**. 2009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/hal/journal/halshs-00957818.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

DUSTMANN, Christian.; KIRCHKAMP, Oliver. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. **Journal of Development Economics**. v. 67, p. 351-372, 2001.

FERREIRA, Assuéro. *A aventura da sobrevivência: as migrações cearenses na década de 1990*. Fortaleza: Edições BNB, 2007. 246 p.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1953.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1991 a 2010**.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. 2011. **Comunicado N. 88**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3761/1/Comunicados_n88_Caracter%03%0adsticas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Migração interna no Brasil. 2010. **Comunicado N. 61**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2716>. Acesso em: 20 set. 2012.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Estimativa do PIB cearense em 2010 e seu desempenho setorial. **Informe N. 2**, 2011.

JANNUZZI, P. M. Inserção ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho paulista e metropolitano: uma análise a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. In: II Encontro Nacional sobre Migração. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1999.

KON, A. Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho. In: V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, Hélio A. (Org.) **Migração interna** (= Textos selecionados). Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p. 949-974.

MARTINE, George; PELIANO, José Carlos. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MATOS, R. E. S. Seletividade de migrantes pela procedência e fatores explicativos: o caso de Belo Horizonte. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo E. A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 13-40, 1997.

MERRICK, Thomas; GRAHAM, Douglas. População e desenvolvimento econômico no Brasil: de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MOREIRA, Ivan Targino. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 18, n. 3, p. 405-425, jul./set. 1987.

PIRACHA, Matloob; VADEAN, Florin. Return migration and occupational choice: evidence from Albania. **World Development**, v. 38, n. 8, 1141-1155, 2010.

QUEIROZ, Silvana N. de. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

QUEIROZ, Silvana N. de. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. 251 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

QUEIROZ, Vivian dos S. **Migração de retorno, diferenciais de salários e autosseleção**: evidências para o Brasil. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração de retorno e escolha ocupacional no Brasil. In: VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. **Anais...** São Paulo: ENABER, 2009.

RIGOTTI, José Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROSSINI, R. E. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. In: V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, 1986.

SANTOS JÚNIOR, E. R. **Migração e seleção**: o caso do Brasil. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-graduação em Economia-EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SCOTT, R. P. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. In: V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, 1986.

SERRANO, F. L. P.; SUMMA, R. F. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. In: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. **Anais...** Rio de Janeiro: AKB, 2011.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N.; CLEMENTINO, M. L. M. Mercado de trabalho cearense: desemprego e desempregados – quem são eles? In: XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica en México. **Anais...** Aguascalientes: SOMEDE, 2012.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. (Org.) **Migração Interna** (Textos Seleccionados). Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p. 211-244.

SIQUEIRA, L. B. O; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO; R. M. Uma análise da migração de retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000. In: XI Encontro Regional de Economia. **Anais...** Fortaleza: ANPEC, 2006.

SJAASTAD, Larry. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **Migração Interna** (Textos Seleccionados). Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p. 115-144.

SOUZA, E. L. C. Êxodo e migração: dimensões e manchetes da questão agrária no Ceará de 1964. In: X Encontro Estadual de História. **Anais...** Fortaleza: ANPUH/CE, 2006.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VADEAN, Florin.; PIRACHA, Matloob. **Circular migration or permanent return**: what determines different forms of migration? (= Discussion Papers). Department of Economics/University of Kent, 2009.

VALOIS, I. S.; ALVES, C. L. B.; QUEIROZ, S. N de. Emprego industrial feminino no Ceará na década de 1990. In: X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. **Anais...** Salvador: ABET, 2007.

VANDERKAMP, John. Migration flows, their determinants and the effects of return Migration. **The Journal of Political Economy**, v. 79, n. 5, p. 1012-1031, 1971.

Endereço para correspondência:

Silvana Nunes de Queiroz – silvanaqueirozce@yahoo.com.br
Rua Coronel Antônio Luiz, 1161 – Pimenta
63105-010 Crato/CE, Brasil

Rosana Baeninger – baeninger@nepo.unicamp.br
Av. Albert Einstein, 1300 – Cidade Universitária Zeferino Vaz
13083-852 Campinas/SP, Brasil

